

ESTADO DO MARANHÃO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO CÂMARA MUNICIPAL PODER LEGISLATIVO

PARECER COMISSÕES/CMSFB PROJETO DE LEI N° 009/2025

São Francisco do Brejão, 02 de Setembro de 2025.

AUTOR: Vereador Allysson do Gino.

COAUTORIA: Vereador Jardel Barroso, Lucas da Selaria, Tiago do Zé Jacó, Jhon Brandão, Marcos Aguiar e Francisco do Robertão.

ASSUNTO: Projeto de Lei nº 009/2025, que dispõe sobre a denominação do Campo de Futebol da Vila Leal como "Carlito Rodrigues dos Santos", no Município de São Francisco do Brejão.

SÍNTESE DO PROJETO

De autoria do Vereador Allysson do Gino, o presente Projeto de Lei nº 009/2025, dispõe sobre a denominação do campo de futebol localizado na Vila Leal, que passa a se chamar "Carlito Rodrigues dos Santos".

Neste sentido, a comissão de Justiça e Redação, e Obras e Serviço Público, apresenta o presente parecer em análise da constitucionalidade e demais requisitos do referido projeto de lei.

RELATÓRIO

Em relação à matéria de fundo, a saber: a denominação do campo de futebol localizado na Vila Leal que passa a se chamar: **Campo de Futebol Carlito Rodrigues dos Santos,** observamos tratar-se de nome de pessoa já falecida, afastando assim qualquer indício de privilégio ou favorecimento pessoal.

Não há ofensa ao princípio da impessoalidade, contido no art. 37, caput, da CF, sendo a matéria aqui debatida, eminentemente de interesse local.

Assim, temos que foram observadas as normativas gerais acerca da constitucionalidade do presente Projeto de Lei, bem como, ainda sua regularidade quanto a representação que encontra abrigo no próprio Regimento



ESTADO DO MARANHÃO MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DO BREJÃO CÂMARA MUNICIPAL PODER LEGISLATIVO

Interno desta Casa de Leis, nos termos do art. 106, caput, do Regimento Interno desta casa de leis, portanto, cumprindo a legalidade tanto com relação à matéria, pois de interesse interno, devendo tramitar sob a forma de Projeto de Lei, quanto por sua iniciativa, vez que proposto por um vereador.

CONCLUSÃO

Verifica-se que o Projeto de Lei nº 009/2025 está livre de qualquer pecha de inconstitucionalidade, contemplando, assim, as exigências legais.

É o parecer desta comissão, salvo melhor e soberano juízo do Plenário desta Casa Legislativa.

JUSTIÇA E REDAÇÃO

sco Perera de Morais

Relator

Jhon Elis Cruz de Lima

Membro:

OBRAS E SERVIÇO PÚBLICOS

Francisco dos Santos Silva **Presidente**

Lucas dos Santos Pereira

Relator

Racins Cristina Cilva farior

Larissa Cristina Silva Farias Membro